

## REGISTRO DE ARMAS DE FOGO

A lei n. 10.826/03, conhecida com a lei do desarmamento, dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. A lei exige a renovação do registro de armas adquiridas e registradas nos termos da legislação vigente na época da aquisição.

Quando uma pessoa (maior de 25 anos) deseja adquirir uma arma para mantê-la em seu domicílio ou local de trabalho, primeiro precisa de uma autorização de compra, a título precário. Deve dirigir-se a uma loja especializada, que lhe fornecerá o número da arma escolhida, identificando-a. Estando a arma identificada, o Sistema Nacional de Armas - SINARM expedirá a autorização de compra, não sem antes verificar a necessidade do interessado, sua idoneidade, antecedentes criminais, sua ocupação lícita e capacidade técnica de manuseio da arma de fogo. Essa autorização serve apenas para que a loja venda a arma, emita a nota fiscal, mas não a entregue ao comprador.

Feito isto, o interessado deve solicitar à Polícia Federal o registro da arma, que é a condição para que a loja entregue a arma ao comprador e é a permissão para mantê-la no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

Já o porte para civis está proibido, com exceção para os casos onde há ameaça à vida da pessoa. Um exemplo dessas situações são as pessoas que moram em locais isolados, que podem requerer autorização para porte de armas para se defender.

A obtenção do direito de propriedade da arma surge no momento de sua aquisição. Se o registro foi deferido, é porque o interessado preencheu todas as condições de aquisição da arma. Daí a insurgência quanto a temporariedade ou da periodicidade do registro, uma vez que manutenção da arma na posse do adquirente em seu domicílio é mera decorrência da aquisição lícita. A exigência de renovação do registro é inconstitucional, por envolver a questão da estabilidade das relações jurídicas, que só pode ser quebrada em casos excepcionais.